



REGULAMENTO INTERNO DA APEFP

(Aprovado em Assembleia Geral da APEFP do dia 6 de Dezembro de 2008 com as alterações aprovadas em Assembleia Geral do dia 23 de Janeiro de 2010)

Handwritten signatures in blue ink.

REGULAMENTO INTERNO

PRINCÍPIOS GERAIS:

1. O presente regulamento foi elaborado pelos membros da Direcção da APEFP- Associação Portuguesa de Ética e Filosofia Prática e aprovado em Assembleia Geral tendo como finalidade regular os procedimentos no âmbito das actividades da Associação e cuja aplicabilidade abrangerá todos os associados que representa.

CAPÍTULO I

(Denominação, natureza, sede e fins)

Artigo Primeiro

(Denominação e natureza da Associação)

1. A Associação adopta o nome de Associação Portuguesa de Ética e Filosofia Prática, abreviadamente designada por APEFP.
2. A APEFP- é uma associação de âmbito nacional, sem fins lucrativos, que se rege pelas leis vigentes, pelos Estatutos e pelo respectivo Regulamento Interno.
3. A APEFP constitui-se por tempo indeterminado.

Artigo Segundo

(Sede)

1. A Associação tem a sua sede provisória na Rua Magalhães Lima, 14- 3º Esq. - 4710-178 Braga.
2. A sede pode ser transferida para qualquer outro local do concelho de Braga ou do território nacional por deliberação da Assembleia Geral.
3. A Associação por decisão da Direcção pode criar Delegações Regionais ou locais ou outras formas de representação em qualquer ponto do território nacional nomeando para tal seu representante cujo curriculum seja considerado relevante nas áreas da Ética ou da Filosofia.
4. A Associação possui logótipo original, composto de uma imagem onde surgem duas meias luas com a inscrição Associação Portuguesa de Ética e Filosofia Prática. Neste logótipo predominam as cores laranja e azul.

Artigo Terceiro

(Finalidades)

A Associação é uma associação de cariz sócio - cultural, educacional e científico, sem fins lucrativos e tem como fim a divulgação, promoção, desenvolvimento, formação, investigação e estudo na área da Ética e da Filosofia Prática.

Artigo Quarto

(Actividades)


1. Com vista à prossecução dos fins definidos no artigo anterior, a Associação propõe-se desenvolver, entre outras, as seguintes actividades:
 - a. Fomentar a investigação na área da Ética e Filosofia Prática.
 - b. Desenvolver projectos nas práticas Éticas e Filosóficas e a troca constante de ideias, experiências e projectos nesta área; como sejam o desenvolvimento e a realização de: Cafés Filosóficos; Clubes de Ética; Filosofia para Crianças; Assessoria e Consultoria Ética e Filosófica; Ética Empresarial; Deontologia Profissional; Coaching Filosófico; etc.
 - c. Promover troca de experiências com outras instituições e fomentar contactos preferenciais com universidades, centros de formação de professores, empresas e outros organismos, públicos ou privados e com associações congéneres, nacionais e internacionais;
 - d. Promover junto das entidades políticas competentes projectos de promoção da Ética e da Filosofia.
 - e. Promover actividades tais como cursos, estágios, seminários, colóquios, congressos, conferências, encontros e exposições;
 - f. Promover e patrocinar a edição de publicações conforme os objectivos da Associação e que contribuam para um melhor esclarecimento público sobre a importância da Ética e da Filosofia Prática.
 - g. Dialogar com as empresas de modo a desenvolver e aperfeiçoar modelos de negócio baseados na deontologia profissional.
2. Para cada actividade deverá ser elaborado um Regulamento próprio com as normas respectivas.

CAPÍTULO II

(Dos Associados)

Artigo Quinto

1. Podem ser sócios da Associação todas as pessoas singulares, nacionais ou estrangeiras, que possam contribuir para a prossecução dos objectivos da Associação bem como pessoas colectivas quer sejam empresas ou outras instituições.
2. Os sócios podem ser: **Efectivos**, **Beneméritos** e **Honorários**.
 - a) **Efectivos** são os sócios que contribuem com a quota mensal estabelecida;
 - b) **Beneméritos** são os sócios que contribuem para a Associação com importantes donativos ou à mesma prestem relevantes serviços;
 - c) **Honorários** são os sócios que, por curriculum académico ou profissional relevante ou por importantes serviços prestados à comunidade, se tornem dignos de tal honra.
3. São considerados **sócios efectivos - fundadores** as pessoas que assinaram os primeiros Estatutos.
4. Os sócios beneméritos e honorários estão isentos de quotas e de quaisquer outros encargos associativos.

- 
5. Os associados adquirem o pleno gozo dos seus direitos após a aprovação pela Direcção do seu pedido de inscrição.
 6. Os sócios beneméritos e honorários são admitidos por aprovação em Assembleia-Geral, por maioria de dois terços dos presentes, sob proposta da Direcção.

Artigo Sexto

(Direitos dos Sócios)

Os sócios terão os seguintes direitos:

- a. Propor, colaborar, participar e ser informados das actividades da Associação;
- b. Participar, ter voz e voto na Assembleia Geral;
- c. Eleger e serem eleitos para os Órgãos Sociais;
- d. Usufruir das regalias que a Associação concede aos seus membros;
- e. Possuir um exemplar dos Estatutos e do Regulamento Interno.
- f. Os sócios efectivos, sendo entidades colectivas, poderão fazer-se representar nas Assembleias e em todos os actos da Associação, por pessoa devidamente credenciada.

Artigo Sétimo

(Deveres dos Sócios)


A todos os sócios cabem deveres iguais perante a Associação, nomeadamente:

- a. Cumprir as disposições dos Estatutos e dos Regulamentos Internos;
- b. Pagar as quotas que será em forma de anuidade (ano civil) e cujo valor se fixa em 20 Euros.
- c. As quotas devem ser pagas durante o ano civil respectivo;
- d. Acatar as deliberações da Direcção;
- e. Exercer as funções em que sejam investidos.

Artigo Oitavo

(Penalidades)

1. As penalidades que podem ser impostas aos sócios são as seguintes:
 - a. Suspensão
 - b. Exclusão
2. Incorrem em pena de suspensão de direitos:
 - a. Os que causarem danos ou prejuízos morais ou materiais à Associação e os não repararem no prazo que a Direcção lhes indicar.
3. Incorrem em pena de exclusão:
 - a. Os que tenham prestado informações falsas nas suas propostas para sócios;
 - b. Os sócios reincidentes, que incorram em pena de suspensão;
 - c. Os sócios que não regularizem as quotas no prazo definido no Regulamento Interno.
4. A aplicação de penas de suspensão é da competência da Direcção após admoestação do sócio e nunca pode ser superior a um ano.
5. A aplicação de penas de exclusão é da competência da Assembleia Geral sob proposta da Direcção em exercício, excepto no caso do ponto 3) alínea c) que é da competência da Direcção.

- 
6. A Direcção pode proceder à suspensão do sócio que incorra em pena de exclusão, até à deliberação da Assembleia Geral.
 7. Os sócios que incorram em pena de suspensão ou exclusão não têm direito ao reembolso das quotas pagas.

CAPÍTULO III

(Funcionamento)

Artigo Nono

(Órgãos Sociais)

1. São Órgãos Sociais da Associação:
 - a. A Assembleia Geral
 - b. O Conselho Fiscal
 - c. A Direcção
2. Os Órgãos Sociais são eleitos por votação secreta dos sócios no pleno gozo dos seus direitos, durante a Assembleia Geral, entrando em funções num prazo de 15 dias.
3. O mandato dos membros dos Órgãos Sociais é de quatro anos.
4. Verificada, por qualquer motivo, uma vaga num dos Órgãos Sociais, a Direcção reunirá para escolher, de entre os demais associados, um novo titular, que desempenhará o cargo até à realização da Assembleia Geral eleitoral seguinte.

Artigo Décimo

(Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação e é constituída por todos os Sócios no pleno gozo dos seus direitos associativos e pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.
2. O funcionamento da Assembleia Geral é o previsto no artigo 175, números 1, 2, 3 e 4 do Código Civil.

Artigo Décimo Primeiro

(Mesa da Assembleia Geral)

1. A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente auxiliado por dois Secretários e regula as actividades da Assembleia Geral, competindo-lhe:
 - a. Emitir convocatórias, dirigir as sessões e elaborar as actas da Assembleia Geral;
 - b. Apreciar a legalidade das votações;
 - c. Dirigir o processo de eleição dos Órgãos Sociais.
2. Na falta ou impedimento do Presidente da Mesa, a Assembleia pode funcionar, sendo aquele substituído por um dos Secretários.

Artigo Décimo Segundo

(Competência da Assembleia Geral)

A Assembleia Geral tem competência para deliberar sobre quaisquer matérias constantes da convocatória, nos termos destes Estatutos, nomeadamente:

- a. Eleger os Órgãos Sociais;
- b. Discutir e aprovar anualmente o relatório, balanço e contas apresentado pela Direcção, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- c. Aprovar e alterar o Regulamento Interno da Associação;
- d. Deliberar sobre a destituição de quaisquer Órgãos Sociais ou sobre a demissão de algum dos seus titulares, mediante proposta da Direcção com indicação obrigatória dos deveres violados;
- e. Deliberar sobre a dissolução e liquidação da Associação ou ainda sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos restantes órgãos da Associação;
- f. Aprovar o orçamento da Associação para cada ano civil;
- g. Aprovar o Plano Anual de actividades;
- h. Deliberar sobre quaisquer outras questões não compreendidas na competência exclusiva de outros órgãos, que interessem à actividade da Associação.

Artigo Décimo Terceiro


(Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias)

1. A Assembleia Geral Ordinária realiza-se anualmente e compete-lhe:
 - a. Apreciar e votar o relatório, balanço e contas da Direcção e o parecer do Conselho Fiscal do exercício anterior;
 - b. Proceder à eleição dos Órgãos Sociais para o próximo mandato, caso seja ano eleitoral;
 - c. Deliberar sobre qualquer assunto mencionado na respectiva convocatória.
2. Poderão realizar-se Assembleias Gerais Extraordinárias por convocação do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, mediante solicitação feita a este pela Direcção, pelo Conselho Fiscal, ou por pelo menos uma quinta parte dos associados, com indicação precisa do objecto da reunião.
3. As actas das reuniões serão lavradas em modelo informático, assinadas pelo presidente da assembleia e por um dos secretários e arquivadas em pasta própria.

Artigo Décimo Quarto

(Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois Secretários e é o órgão fiscalizador das actividades da Direcção, competindo-lhe:
 - a. Conferir os saldos de caixa, verificando todos os documentos de entrada e saída e sua legalidade;
 - b. Estar perfeitamente informado de todas as actividades da Direcção e da Associação em geral;
 - c. Dar o seu parecer de qualquer assunto, quando lhe seja feita consulta por parte da Direcção ou durante a Assembleia Geral pelo Presidente da Mesa;


- 
- d. Elaborar o seu parecer, acerca do relatório e contas da Direcção, para ser apreciado em Assembleia Geral;
 - e. Solicitar esclarecimentos à Direcção, sempre que as decisões ou acções desta aparentem violar os Estatutos, o Regulamento Interno, ou as leis vigentes.

2. O Conselho Fiscal é convocado pelo seu presidente.

Artigo Décimo Quinto

(Direcção)

1. A Direcção é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e é o órgão colegial de administração da Associação, competindo-lhe:
 - a. Dar cumprimento às deliberações da Assembleia Geral;
 - b. Administrar os assuntos da Associação de acordo com a Lei, os Estatutos e o Regulamento Interno;
 - c. Coordenar todas as actividades desenvolvidas e nomear grupos de trabalho diferenciados, fazendo-se representar por um dos seus elementos;
 - d. Representar a Associação perante as entidades oficiais e outros organismos;
 - e. Apresentar anualmente à Assembleia Geral um relatório de actividade desenvolvida e das contas para apreciação e votação;
 - f. Responder solidariamente perante a Assembleia Geral;
 - g. Responder, num prazo de 5 dias úteis, a qualquer questão colocada pelo Conselho Fiscal;
 - h. Deliberar sobre a admissão de novos sócios, suspendê-los ou propor à Assembleia Geral a sua exclusão, depois de elaborado o respectivo processo em conformidade com os Estatutos e Regulamento Interno;
 - i. Estabelecer e assinar protocolos considerados importantes para os fins e objectivos da Associação;
 - j. Elaborar o Plano Anual de Actividades para posterior aprovação em Assembleia Geral.
 - k. Elaborar as actas de reunião de Direcção que devem ser elaboradas em modelo informático e arquivadas em pasta própria. Devem estar assinadas pelo Presidente e secretário da reunião.
3. Cabe à Direcção da Associação nomear os Formadores e os profissionais para os cursos de Formação, Workshops e outros de acordo com curriculum relevante em área própria da Formação.
4. A Direcção terá também a função de nomear os Coordenadores dos respectivos Departamentos e Gabinetes especializados criados ou a serem criados pela Associação tendo em atenção a sua experiência e curriculum profissional.
5. Os Departamentos ou Gabinetes têm as suas competências próprias e exercem-nas autonomamente, sempre que obtiverem aprovação da Direcção das respectivas actividades.
6. A Direcção terá a função de aprovar distinções/prémios de mérito ético e/ou deontológico a personalidades ou empresas que pela sua actividade, na sociedade civil, assim o justifiquem e que tenham o parecer favorável da Comissão de ética da APEFP.

- 
7. A APEFP incluirá na sua estrutura uma Comissão de Ética, totalmente independente no exercício das suas funções quer dos órgãos sociais, quer de qualquer outra estrutura da Associação e da qual fará parte, por nomeação da Direcção, dois elementos cuja formação e curriculum na área da Ética profissional seja de elevada credibilidade e que tenham já dado provas na sociedade dos seus valores éticos e morais.
 8. Cabe à Direcção elaborar o Código de Ética da Associação como documento que reflectirá a deontologia a ter em conta de todos os que exercem funções na Associação.
 9. A Direcção, sobre as situações problemáticas e que assim o exijam deve remeter para a Comissão de Ética, para que em tempo útil, elabore os respectivos pareceres éticos.
 10. A Associação considerar-se-á validamente obrigada quando os actos e contratos em que intervenha forem assinados por dois membros da Direcção em que um obrigatoriamente terá de ser o seu Presidente.
 11. A movimentação das contas bancárias da Associação, através de cheque, necessita de duas assinaturas dos membros da Direcção, sendo uma delas obrigatoriamente a do seu Presidente.

Artigo Décimo Sexto

(Listas de Candidatos a Membros dos Órgãos Sociais)

1. As listas de candidatura aos órgãos sociais da Associação deverão ser apresentadas até 60 dias antes das eleições, à Direcção em exercício.
2. Apenas os sócios singulares poderão fazer parte das listas de candidatura aos órgãos sociais.
3. Os associados propostos na Lista candidata para o órgão da Direcção da Associação devem obedecer às seguintes condições:
 - a) Possuir no mínimo dois anos de afiliação na associação e possuir as quotas em dia.
 - b) Devem possuir uma licenciatura em Filosofia ou outra na área das Humanidades.
 - c) Devem ser professores profissionalizados nas áreas indicadas. .
4. Cabe à Direcção em exercício observar as condições indicadas bem como o *curriculum* dos membros da lista candidata e posteriormente enviar com 30 dias de antecedência das eleições, ao Presidente da Assembleia Geral, as listas que estão em condições de candidatura.
5. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral divulgará aos associados, através de meios informáticos, a composição das listas candidatas, até 15 dias antes da data das eleições.

Artigo Décimo Sétimo

(Destino do Património em caso de Extinção)

Na eventualidade da extinção da Associação, o seu património será atribuído a uma organização que possua objectivos análogos, a designar em Assembleia Geral, sem prejuízo do disposto no artigo 166, número 1 do Código Civil.

CAPÍTULO IV
(Disposições Finais e Transitórias)

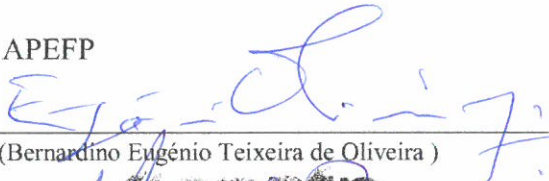
Artigo Décimo Oitavo

(Decisões sobre Questões Omissas)

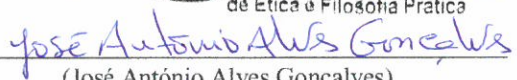
1. No que o presente regulamento for omissivo, as decisões competirão à Direcção em exercício.
2. Dessas decisões pode qualquer sócio, no pleno gozo dos seus direitos, recorrer para a Assembleia Geral.

Braga, 23 de Janeiro de 2010

A Direcção da APEFP

Presidente: 
(Bernardino Eugénio Teixeira de Oliveira)

Vice-Presidente: 
Associação Portuguesa
de Ética e Filosofia Prática

Secretário: 
(José António Alves Gonçalves)